

Maior protecção da criança no sistema da Justiça

Notícias, Tete em foco, 18.08.2016, 29.816,04

TODA a criança deve ser protegida por todos os agentes do sistema da Justiça no país para garantir os seus superiores interesses e o seu crescimento são e saudável.

A posição foi defendida pela chefe da Secção de Protecção da Criança do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Moçambique, Mayuke Huijbbregts, no decurso do seminário nacional de capacitação de magistrados do judiciário e de actores-chave da administração da Justiça que ontem terminou na cidade de Tete e que decorreu sob o lema "A certeza de servir melhor as crianças".

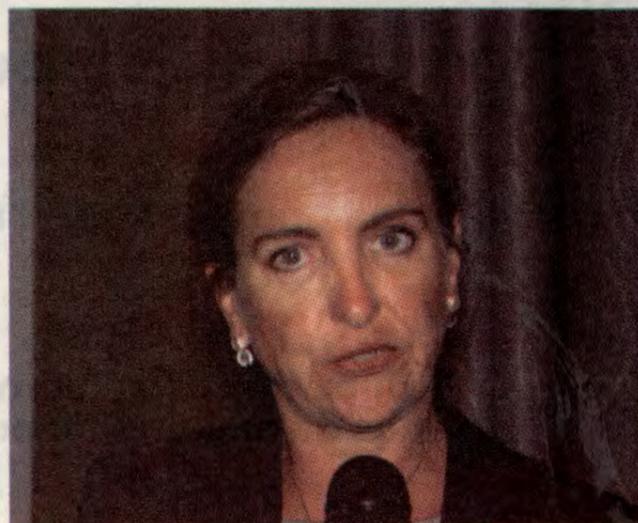
Esta funcionária do UNICEF disse que constitui preocupação desta agência das Nações Unidas que os processos envolvendo crianças sejam tratados com muita celeridade, justiça, protecção da sua privacidade, protecção contra a revitimização e respeito pela sua dignidade. "Somos de opinião que o juiz da área de família e menores deve, na sua actuação que transcende o domínio técnico jurídico, tem de ter personalidade e carácter exemplar", disse.

Na sua opinião, hoje já não é

prática a nível internacional ter um juiz sem experiência ou a exercer pela primeira vez a magistratura num Tribunal de Família e Menores. "Pretendemos ver o país no caminho dessa abordagem internacional e que se materialize a criação de uma carreira específica de Juiz de Família e Menores", apelou.

Entretanto, o governador da província de Tete, Paulo Auade, que participou no evento, instou os magistrados para a mudança de postura, melhorando cada vez mais a celeridade da Justiça para personalizar a sua qualidade no país. "Há um caso recente que ocorreu na cidade de Tete, onde num dos bairros um casal mantinha a sua filha de cerca de 12 anos de idade a viver dentro de um curral de cabritos, por ser deficiente mental", apontou Auade.

O governante, que considerou tratar-se de um caso inédito e desumano, assinalou que mais casos do género podem ocorrer pelo país e apelou aos fazedores da Justiça para a tomada de medidas exemplares contra os infractores, para servir de exem-



Mayuke Huijbbregts, chefe da Secção da Protecção da Criança no UNICEF em Moçambique

plo a outros cidadãos e para que não se cometam actos idênticos. No país, segundo Paulo Auade, estão a ocorrer casos de raptos e sequestros de cidadãos, com destaque para albinos, cujos praticantes, enganados pelo obscurantismo, extraem órgãos humanos para actos de feitiçaria.

"A máquina judiciária no país tem um papel preponderante para a tomada de medidas contra aqueles que cometem estas atrocidades a fim de desencorajar os outros que partilham esta má ideia assassina e de falta de amor ao próximo", referiu o governador de Tete, Paulo Auade.